

continuação... A contraprestação contingente classificada como patrimônio líquido não é remunerada nas datas de relatórios subsequentes e sua contabilidade é feita em uma conta de reserva. Outros contratos de concessão são remunerados no valor justo das datas de relatórios subsequentes, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado. Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, o Grupo registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração ou os ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data. **3.11 Ágio:** O ágio é inicialmente reconhecido e mensurado conforme descrito no item "Combinação de negócios". O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa recuperável, e o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que não se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. As perdas por redução ao valor recuperável do ágio são reconhecidas no período subsequente. Na alienação da unidade geradora de caixa, o valor contábil do ágio é alocado à apuração do balanço patrimonial. A Companhia e suas controladas não reconhecem nenhuma provisão para redução ao valor recuperável dos ágios reconhecidos em seu ativo intangível.

3.12 Reconhecimento de despesas: As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são ativadas de acordo com seus respectivos prazos de duração. **3.13 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) em consequência de um evento passado, seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relacionadas à obrigação. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente anua dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. A provisão pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias ou quando a obrigação for liquidada. Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. A Companhia e suas controladas são parte de processos judiciais e administrativos. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência obrigatória e uma estimativa razoável possa ser feita. Avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas constantemente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.14 Empréstimos e financiamentos:** A Companhia e suas controladas registram seus empréstimos e financiamentos obtidos com base no custo amortizado usando o método de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da venda dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **3.15 IR e CS correntes e diferidos:** A despesa com IR e CS representa a soma dos impostos correntes e diferidos. O imposto diferido é o imposto corrente se baseado no lucro real do exercício, o qual contém o lucro apresentado nas demonstrações financeiras porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia e suas controladas são calculados com base em aliquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração do imposto é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões registram a melhor estimativa do valor contábil do imposto. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia e suas controladas, suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais. **Impostos diferidos:** O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças temporárias entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos se há diferença temporária para resgate e reconhecimento inicial de ágio. Os passivos fiscais diferidos foram reconhecidos sobre as diferenças temporárias associadas ao reconhecimento da amortização fiscal do ágio em combinação de negócios, e que somente serão reconhecidos contabilmente por meio de alienação ou eventual imputação. Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele. Impostos diferidos são calculados com base nas aliquotas fiscais no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e aliquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia e suas controladas esperam, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida. **IR e CS correntes e diferidos do exercício:** O IR e o CS correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens relatados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios. **3.16 Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao custo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, dependendo de sua classificação. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas não aplicam o conceito de ativo financeiro, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo, ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente" pagamentos de principal e de juros (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como gerações seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultam da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras de vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados, pela Companhia e suas controladas, em duas categorias: "Ativos financeiros ao custo amortizado;" "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado." A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambos as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa, e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou compra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos em instrumentos, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos, nem contabilidade de "hedge". Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descompasso contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) deixa de ser reconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem, ou (ii) a Companhia e suas controladas transferirem seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem adotar significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e houve a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou não houve a transferência nem retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas ocorreu a transferência do controle do ativo. Quando a Companhia e suas controladas transferem seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, os direitos de receber fluxos de caixa são reconhecidos de acordo da propriedade. Quando não transferiram nem receberam substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiram o controle do ativo, a Companhia e suas controladas continuam a reconhecer o ativo transferido na

medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluído fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados, pela Companhia e suas controladas, em duas categorias: "Passivos financeiros ao custo amortizado;" "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado." Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contratuais e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação deixa de ser reconhecida no passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.17 Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03(R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo IASB. **3.18 Demonstração do Valor Adicional ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois é uma demonstração prevista nesta legislação conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicional. **3.19 Segmentos operacionais:** A Administração da Companhia baseia suas operações em relatórios financeiros preparados pelos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são usadas pela Administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de desempenho. As principais divisões são consideradas para apresentação e análise de decisões por parte da administração são: Brasil e Latam (Argentina, Chile, Peru e Colômbia, apresentadas na nota explicativa nº23). **3.20 Representação das informações financeiras:** Procedimentos de auditoria independente e múltiplas verificações, conduzido segundo o Regulamento de Arbitragem do CAM-CCBC nº 48/2021/SEC5 datado de 02 de maio de 2024, acerca de controvérsia em relação ao preço de compra da totalidade das quotas representativas da capital social da empresa incorporada SOLD. A arbitragem foi instaurada em 02/ junho de 2021, tendo sido contratado perito independente para efetuar a apuração dos valores devidos. O laudo conclusivo emitido pelo perito identificou a existência de erro na determinação do preço, quando comparado com os termos contratualmente avençados. Em decorrência dessa constatação, a administração da Companhia efetuou novo recálculo, constatando também que outros termos contratuais não foram refletidos contabilmente nos exercícios subsequentes à aquisição, como a atualização monetária, juros e multa sobre as parcelas não pagas no vencimento. Consequentemente, a administração efetuou recálculo do valor de aquisição, bem como da atualização monetária, juros e multa previstos no contrato, o qual não refletido contabilmente no balanço patrimonial e nos resultados financeiros atuais, que estão sendo reapresentados.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	-	-	777	1.361
Conta corrente	6	6	35.010	25.113
Aplicações financeiras	4.740	2.821	37.998	11.748
Total	4.746	2.827	73.785	38.222

As aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDB nos Bancos Itaú e ABC. O rendimento médio do ano de 2024 até dezembro foi de 97,87% do CDI (FPI). A composição do caixa próprio está apresentada na nota explicativa 23 - Instrumentos Financeiros. A exposição cambial de caixa e equivalentes de caixa está a seguir apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Em moeda nacional	4.746	2.827	25.976	5.720
Em moeda estrangeira:	-	-	-	-
- SBN Substas	-	-	47.809	32.502
- SuperBd Peru	-	-	17.542	6.748
- SuperBd Chile	-	-	11.355	2.578
- SuperBd Colômbia	-	-	16.027	10.737
- SuperBd Peru	-	-	2.885	12.439
Total	4.746	2.827	73.785	38.222

6.1 Aplicações vinculadas às transações de pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações em títulos públicos	-	-	36.051	52.412
Aplicações em operações compromissadas	-	-	36.468	22.335
Total	-	-	72.519	74.747

As aplicações financeiras em títulos públicos estão representadas por Letras Financeiras do Tesouro - LFT custodiadas em conta específica contendo determinação da circular nº 3.631 Art. 12 § 1º item II do BACEN. O rendimento médio do ano de 2024 até dezembro foi de 97,63% do CDI.

7. Contas a receber: Contas a receber: Os recebíveis incluem as faturas do bem vendido, a comissão e as taxas de administração devidos pelo arrematante. Os recebíveis nacionais destes lotes arrematados passaram a ser devidos diretamente pelos arrematantes e não mais pelos leilões, cabendo à SuperBd Pay a consolidação e transferência de valores e comissões recebidas aos seus respectivos favorecidos. A exceção deste processo são os valores devidos em arrematações judiciais e algumas vendas realizadas pela administração pública, que dependem de alterações de procedimento, e alguns clientes privados ainda em fase de ajuste operacional. A tendência é que o volume de arrecadação através da SuperBd Pay se aproxime gradativamente do volume total de vendas realizadas no Superbid Exchange. Nas operações com as Empresas LATAM não há a intermediação pelo leiloeiro e os compradores podem realizar os pagamentos através de valores de bens: (i) operações sem repasse: os pagamentos são feitos diretamente aos comitentes e a parte referente a comissão paga diretamente pelas Empresas LATAM ou (ii) operações com repasse: a fatura é emitida no montante total e o comprador paga apenas para a empresa, sendo de responsabilidade das Empresas LATAM realizar o repasse do valor do bem aos comitentes. A composição dos saldos de valores a receber, nacional e exterior, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber - nacional	-	-	2.610	2.056
Contas a receber - exterior:	-	-	2.126	1.668
- SBN Substas	-	-	945	363
- SuperBd Peru	-	-	901	213
- SuperBd Colômbia	-	-	140	527
- SuperBd Chile	-	-	140	565
Contas a receber	-	-	4.736	3.724
PCLD - Contas	-	-	-	-
a receber nacional	-	-	(361)	(361)
PCLD - Contas a receber exterior	-	-	-	(102)
PCLD	-	-	(361)	(463)
Total	-	-	4.375	3.261

8. Tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	-	-	-	-
Até 30 dias	-	-	1.752	1.018
31 a 60 dias	-	-	-	156
De 61 a 90 dias	-	-	-	413
Vencido	-	-	-	-
Até 30 dias	-	-	435	690
31 a 60 dias	-	-	103	231
61 a 90 dias	-	-	131	20
91 a 180 dias	-	-	241	136
181 a 365 dias	-	-	1.459	187
Acumulado a 1 ano	-	-	1.478	873
Total	-	-	4.736	3.724

O Grupo mantém uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que, no julgamento da administração, reflete as perdas inerentes a sua atividade.

9. Tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributos a receber (a)	324	324	13.537	9.742
Tributos retidos na fonte (b)	-	-	207	2.277
IVA e outros tributos	-	-	-	-
LATAM a compensar (c)	-	-	1	-
Saldos negativos (d) Tributos sobre dividendos do exterior (e)	-	-	929	925
Crédito tributário de PIS e COFINS (f)	3.264	2.444	3.264	2.444
Total	3.916	2.975	23.920	19.409

(i) Créditos de IRPJ e CSLL por estimativa para compensação na declaração de ajuste anual; (ii) Tributos retidos derivado de operações de compra e emissão de notas de cobrança; (iii) Incluir tributos específicos das Empresas LATAM, tais como IVA, IGC e IVA; (iv) Saldo a favor de ingressos brutos - Argentina; (e) Tributos retidos sobre dividendos recebidos do exterior; e (f) Apropriação de crédito extemporâneo de PIS e COFINS.

9. Tributos diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	-	-	-	-
Diferenças temporárias (a)	-	-	919	659
Total	-	-	919	659
Circulante	-	-	392	400
Não circulante	-	-	527	259
(i) Diferenças temporárias entre a base contábil e fiscal de tributos sobre as receitas que advêm das operações nas Empresas LATAM.	-	-	-	-

10. Investimentos: Os investimentos são representados pelos saldos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	-	-	-	-
Diferenças temporárias (a)	-	-	919	659
Total	-	-	919	659
Circulante	-	-	392	400
Não circulante	-	-	527	259
(i) Diferenças temporárias entre a base contábil e fiscal de tributos sobre as receitas que advêm das operações nas Empresas LATAM.	-	-	-	-

Investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	-	-	-	-
Diferenças temporárias (a)	-	-	919	659
Total	-	-	919	659
Circulante	-	-	392	400
Não circulante	-	-	527	259
(i) Diferenças temporárias entre a base contábil e fiscal de tributos sobre as receitas que advêm das operações nas Empresas LATAM.	-	-	-	-

a) Movimentação dos saldos de investimentos: A movimentação nos saldos das investidas está demonstrada a seguir:

	Incorporação de participação	Aumento de capital	Distribuição de dividendos	Ajustes de conversão/Outros	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2024
Investidas	5.370	-	-	-	(12)	5.358
SBFIN Participações	-	-	-	-	-	-
SBWS	46.471	-	4.000	-	162	6.180
Solutiona	861	-	230	-	-	1.307
Leilões Web	90	(114)	-	-	-	24
Superbid Peru	3.666	-	(6.241)	-	813	7.244
Superbid Colômbia	2.881	-	(2.536)	-	247	2.364
SBN Substas	3.184	-	(1.650)	-	2.336	1.782
Total	62.523	(114)	4.230	(10.427)	3.546	18.903

Provisão para perda em investimentos

	31/12/2023	31/12/2024
Superbid Chile	(653)	-
MaisAtivo	(5.208)	-
Total	(5.861)	-

Total geral

	31/12/2023	31/12/2024
Investidas	5.370	-
SBFIN Participações	-	-
MaisAtivo (*)	6.566	-
SBWS	27.528	(2.354)
Solutiona	-	6.400
Leilões Web	-	(2.916)
Superbid Peru	4.499	351
Superbid Colômbia	3.060	(8.514)
SBN Substas	5.523	(2.689)
Total	49.236	(2.003)

Provisão para perda em investimentos

	31/12/2023	31/12/2024
Superbid Chile	-	121
MaisAtivo (*)	-	916
Solutiona	(163)	(6.400)
Total	(163)	(6.400)

Total geral

	31/12/2023	31/12/2024
Investidas	5.370	-
SBFIN Participações	-	-
MaisAtivo (*)	6.566	-
SBWS	27.528	(2.354)
Solutiona	-	